

Lei nº 14.783

Data 14 de julho de 2005.

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado, para o exercício financeiro de 2006.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Em cumprimento ao disposto no Art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2006, compreendendo:

- I. as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II. a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III. os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV. a estrutura e organização dos orçamentos;
- V. as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI. os ajustamentos do Plano Plurianual;
- VII. as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VIII. as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- IX. as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- X. disposições transitórias;
- XI. demais disposições.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º. As ações prioritárias da Administração Pública Estadual para o exercício de 2006 estão vinculadas às linhas de ação a seguir discriminadas:

1. Educação, Inovação, Cultura e Turismo;
2. Infra-Estrutura e Meio Ambiente;
3. Expansão Produtiva;
4. Emprego, Cidadania e Solidariedade;
5. Gestão do Estado.

Art. 3º. No Projeto de Lei Orçamentária, a destinação dos recursos relativos aos programas sociais conferirá prioridades às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Parágrafo único. O Poder Executivo discriminará as áreas a que se refere o caput deste artigo com seus respectivos montantes, bem como o detalhamento das ações, através de relatório que deverá acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2006.

Art. 4º. As ações relacionadas às cinco linhas de ação serão detalhadas no Projeto de Lei Orçamentária, seguindo as principais diretrizes:

- I. garantir o acesso à educação básica pública e gratuita de qualidade para todos e assegurar a oferta educacional para os segmentos sociais menos favorecidos;
- II. aumentar a Geração de Emprego e Renda, desenvolvendo atividades ocupacionais em diversos setores;
- III. aumentar a eficiência, a qualidade e a cobertura da oferta de serviços públicos de saúde;
- IV. desonerar micro e pequenas empresas de modo a facilitar a acumulação de capital e a criação de empregos no setor formal da economia;
- V. implementar estratégias integradas para o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte multimodal do Estado, criando condições para o bom andamento das atividades produtivas e para a inclusão de áreas de baixo desenvolvimento humano na malha de produção do Estado;
- VI. aperfeiçoar a eficiência alocativa dos gastos públicos mediante melhor planejamento das políticas públicas;
- VII. criar mecanismos que induzam a distribuição de renda e a mudança social;
- VIII. combater o crime e a violência com a adoção de programas de prevenção;

- IX. melhorar a qualidade da prestação de serviços aos cidadãos, implementar e difundir modelos empreendedores de gestão pública e investir na capacitação profissional dos servidores públicos estaduais;
- X. proporcionar meios de incentivo à produção e difusão cultural do Estado;
- XI. fomentar a agricultura familiar dando ênfase à produção agroecológica;
- XII. criar, manter e aprimorar programas e mecanismos de atendimento à pessoa com necessidades especiais e aos idosos, proporcionando o desenvolvimento pessoal e familiar, bem como, a inclusão social;
- XIII. manter e ampliar o atendimento de adolescentes em conflito com a lei;
- XIV. direcionar as políticas públicas no sentido de aprofundar e qualificar a universalização do atendimento às demandas sociais da população, buscando facilitar condições de emprego e renda, assim como o acesso aos direitos sociais;
- XV. articular programas que assegurem o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado;
- XVI. estimular a ampliação da base produtiva via crescimento dos investimentos e aumento da produtividade;
- XVII. ampliar a oferta de vagas no sistema penitenciário, reduzindo o número de presos provisórios e condenados em cadeias públicas e delegacias;
- XVIII. reduzir as deficiências nutricionais, desencadeando ações para a redução dos índices de morbidade, mortalidade e desnutrição infantil;
- XIX. implementar e apoiar os Municípios com forte atração turística;
- XX. aperfeiçoamento do ensino superior nas Universidades Públicas do Estado do Paraná, ampliando os investimentos e garantindo a melhoria da qualidade de ensino;
- XXI. criar e manter programas de atendimento às mulheres, respeitando o recorte da raça e etnia, proporcionando à inclusão social;
- XXII. proporcionar meios de incentivo para a produção industrial do Estado.

CAPÍTULO II

DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA RECEITA PARA O EXERCÍCIO

Art. 5º. A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e

de Valorização do Magistério - FUNDEF, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na portaria nº 328, de 27/08/2001 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 6º. As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2006, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 15.730.523.000,00 (quinze bilhões, setecentos e trinta milhões, quinhentos e vinte e três mil reais) a preços de 30 de junho de 2005.

Art. 7º. As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor serão atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de um índice de atualização a ser determinado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que melhor reflita os preços da economia paranaense, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2005, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei Orçamentária.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 8º. A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

♦ PODER LEGISLATIVO	5,0%
♦ PODER JUDICIÁRIO	8,5%
♦ MINISTÉRIO PÚBLICO	3,7%

Parágrafo único. Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90 %.

Art. 9º. O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2006 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

- I. à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

- II. aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no Art. 8º desta Lei;
- III. ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;
- IV. ao pagamento do serviço da dívida;
- V. ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o Art. 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná e do Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003;
- VI. à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25 % (vinte e cinco por cento), da receita de impostos, de acordo com o Art. 185 da Constituição Estadual;
- VII. ...Vetado...
- VIII. aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX. aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;
- X. às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;
- XI. ao pagamento de sentenças judiciais;
- XII. à reserva de contingência, de acordo com o especificado no Art. 35 desta Lei;
- XIII. ao Fundo Estadual de Cultura – FEC, previstos no art. 2º da lei nº 13165/01, para atendimento à pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio cultural paranaense.

Art. 10. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de modificação na estrutura administrativa do Poder Executivo.

Parágrafo único – ...Vetado...

CAPÍTULO IV **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 11. Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

- a) **Função:** nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

- b) **Subfunção:** nível de agregação de um subconjunto de ações do Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);
- c) **Programa:** instrumento de organização da ação governamental, pelo qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado; (Nível Estadual da Funcional Programática);
- d) **Programas de Governo:** são idéias e propostas mencionadas no Plano de Governo;
- e) **Projeto:** instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo;
- f) **Atividade:** instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo;
- g) **Operação Especial:** conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;
- h) **Modalidade de Aplicação:** especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários.
- i) **Órgão Orçamentário:** constitui o primeiro nível de desdobramento da programação orçamentária de cada um dos Poderes do Estado;
- j) **Unidade Orçamentária:** agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que são consignadas dotações próprias. Podemos caracterizar como Agência Executiva em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho. As Unidades Orçamentárias constituem desdobramentos de órgãos orçamentários.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 3º Cada projeto atividade ou operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por Unidade Orçamentária, especificando os grupos de natureza de despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

§ 1º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o *caput* deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais
Juros e Encargos da Dívida
Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos
Inversões Financeiras
Amortização da Dívida

§ 2º A Modalidade de Aplicação a que se refere o *caput* deste artigo observará, o seguinte detalhamento:

- I - 20 – Transferências à União;
- II - 30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal;
- III - 40 – Transferências a Municípios;
- IV - 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- V - 60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- VI - 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais;
- VII - 80 – Transferências ao Exterior;
- VIII - 90 – Aplicações Diretas;
- IX - 99 – A ser Definida.

§ 3º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o *caput* deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;
Fonte 103 - Receita Condicionada da LC nº 87/96;

- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis;
- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;
- Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM / PEDU / PARANASAN;
- Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;
- Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;
- Fonte 125 - Venda de Ações e / ou Devolução de Capital Subscrito;
- Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;
- Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária – FEAP;
- Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO;
- Fonte 129 - Taxas de Polícia – FUNRESPOL;
- Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091 / 95;
- Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
- Fonte 138 - Taxa Ambiental;
- Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM;
- Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais – FDU;
- Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná –

FUNCB. **GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO** – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 148 - Outros Convênios.

GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;
- Fonte 130 - Operação de Crédito Externa – Paraná 12 Meses / BIRD;
- Fonte 136 - Operação de Crédito Externa – PROEM / BID;
- Fonte 137 - Operação de Crédito Externa – Paraná Urbano II / BID;
- Fonte 140 - Operação de Crédito Externa – Saneamento Ambiental-PARANASAN/JBIC;
- Fonte 142 - Outras Operações de Crédito Externas.

GRUPO 16 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.

GRUPO 45 – FUNDEF – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;

Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;

Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;

Fonte 253 - Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;

Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;

Fonte 255 - Transferências da União – SUS;

Fonte 256 - Reposição Florestal – SERFLOR;

Fonte 260 - Multas Ambientais – FEMA (Fundo Estadual de Meio Ambiente);

Fonte 270 - Aumento de Capital Social;

Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

Art. 13. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2006 à Assembléia Legislativa.

Art. 15. O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no Art 133, § 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará à Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, juntamente com o projeto de lei orçamentária, demonstrativo nos termos e forma a que se refere o caput com indicação das respectivas fontes.

Art. 16. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no Art. 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

- I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;
- II - texto da Lei;
- III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;
- IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o Art. 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;
- VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o Art. 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;
- VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no Art. 133, § 7º da Constituição do Estado do Paraná;
- VIII - anexo VI contendo as Vinculações Legais a que se refere o Art. 57 desta Lei.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 17. A elaboração do Projeto de Lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2006 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º O Poder Executivo visando a realização da audiência pública, prevista no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, encaminhará à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da audiência: relatórios de avaliação do cumprimento das metas fiscais – Anexo I - desta Lei, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas, da Dívida Pública atualizada; dos limites constitucionais relativos a Gastos com Saúde e Educação comparando-se previsão e execução; dos limites de Pessoal e endividamento; das ações previstas nos artigos 42, 43 e 44 desta lei, entre outros.

§ 3º O Poder Executivo divulgará na internet, ao menos:

- I. as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei Complementar no 101, de 2000;
- II. a lei orçamentária anual e seus anexos;
- III. a execução orçamentária com o detalhamento das ações, por Órgão e Unidade, por função, subfunção e programa, mensalmente e de forma acumulada;
- IV. relatório contendo dados gerenciais referentes à execução do Plano Plurianual;
- V. até o vigésimo dia de cada mês, relatório comparando a arrecadação mensal realizada até o mês anterior das receitas do orçamento fiscal e próprio da Administração Indireta as do Sistema Previdenciário do Estado, com as respectivas estimativas mensais constantes dos demonstrativos encaminhados juntamente com a proposta de lei orçamentária, bem como de eventuais reestimativas;
- VI. até o vigésimo quinto dia de cada mês, relatório comparando a receita realizada com a prevista na lei orçamentária e no cronograma de arrecadação, mês a mês e acumulada.

Art. 18. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 19. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 20 de setembro de 2005, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 20. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 21. As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2005.

Art. 22. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Art. 23. Na programação da despesa não poderão ser:

- I. fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II. incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;
- III. incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do Art. 167, § 3º da Constituição Federal e do Art. 135, § 2º da Constituição Estadual;
- IV. classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;
- V. incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;
- VI. fixadas despesas com valores simbólicos.

Art. 24. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 25. Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 26. O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado e apresentarão apenas o seu Orçamento de Investimento.

Art. 27. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 28. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007.

Art. 29 A lei orçamentária de 2006, incluirá verba necessária ao pagamento de débitos da Fazenda Pública Estadual, oriundo de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal;

§ 1º As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até 20 de julho de 2005, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2005, a serem incluídos no orçamento de 2006, especificando:

I. Número da ação originária;

II. Número do precatório;

- III. Tipo de causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV. Enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V. Data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI. ...Vetado...;
- VII. Valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2005, conforme art. 98. §3º da Constituição do Estado do Paraná);
- VIII. Cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento quando se tratar de ação civil.

§ 3º A Fazenda Pública Estadual, encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado e ao Tribunal de Contas, quadrimestralmente, até 15 (quinze) dias após, relatórios de pagamentos de precatórios realizados, elaborados na forma dos incisos I a VIII do § 2º, destacando-se os valores originais, da correção monetária e o montante pago no quadrimestre e acumulado.

Art. 30. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordo, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

§ 3º Para dar cumprimento ao disposto no caput deste artigo e as disposições do artigo 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Poder Executivo encaminhará, mensalmente, até 10 (dez) dias úteis, à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado demonstrativo, da aplicação dos recursos referente a projetos, ações, bens e/ou serviços discriminando as classificações funcionais e por programas, a unidade orçamentária, a contratada

ou conveniente, o objeto e os prazos de execução, os valores e as datas das liberações e as fontes de recursos;

Art. 31. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 32. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do Art. 78, § 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 33. O Saldo Financeiro verificado em 31/12/2005, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31/01/2006.

Art. 34. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo para atender programas prioritários de Governo.

Art. 35. ...Vetado...

Art. 36 A Lei Orçamentária para o exercício de 2006, conterà autorizações para abertura de créditos adicionais até o limite máximo de 10% do valor da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, excetuando-se as dotações vinculadas suportadas por recursos provenientes de Convênios, Acordos Nacionais, e com Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

Parágrafo único. É vedada a concessão de abertura de créditos ilimitados, nos termos do inciso VII do Art. 167 e 135 das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

CAPÍTULO VI

DOS AJUSTAMENTOS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 37. Os ajustes nas ações dos Programas do Plano Plurianual, bem como, as alterações em suas metas físicas e financeiras e nas suas regionalizações serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2006.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2005, em especial:

- I. as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II. a concessão e redução de isenções fiscais;
- III. a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV. aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 3º Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o Art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 4º São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins do caput desta Lei, os gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente que visam atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcance, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 39. ...Vetado...

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 40. No exercício financeiro de 2006 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o Art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;
- d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º O Estado poderá realizar reposição e alteração salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no Art. 22, parágrafo único, item I da referida Lei.

§ 4º O Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração de Previdência, desenvolverá programas de prevenção às doenças relacionadas ao trabalho.

Art. 41. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 42. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 43. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2006, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 44. A Agência de Fomento do Estado do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos

programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, assim como os entes de desenvolvimento Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, Fundo de Desenvolvimento Urbano – FDU e o Fundo de Aval, respeitadas suas especificidades, observarão as seguintes prioridades:

- I. impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II. ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;
- III. fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;
- IV. prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, rural, regional e municipal;
- V. promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;
- VI. fomento à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, à estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do Mercosul e à geração de empregos;

§ 1º O Poder Executivo deverá enviar à Assembléia Legislativa, em até 15 (quinze) dias após o encaminhamento da proposta de lei orçamentária, plano de aplicação dos recursos dos entes de fomento referidos no caput, contendo o executado nos dois últimos exercícios, o previsto para 2005 e o estimado para 2006, detalhado na forma do § 4º.

§ 2º Integrarão o relatório de que trata o art. 165, § 3o, da Constituição Federal demonstrativos consolidados, por agência e/ou ente de fomento, relativos a empréstimos e financiamentos, dos quais constarão as aplicações no período, inclusive a fundo perdido, os recebimentos no período e os saldos atuais, discriminando-se o total, setor de atividade, origem dos recursos aplicados e porte do tomador.

§ 3º ...Vetado....

§ 4º A elaboração dos demonstrativos a que se refere o § 2o e o plano de aplicação de que trata o § 1o deverão observar os seguintes critérios:

- a) a definição do porte do tomador levará em conta a classificação adotada pelo Agente Financiador;
- b) os empréstimos e financiamentos deverão ser apresentados evidenciando, separadamente, o fluxo das aplicações (empréstimos e financiamentos concedidos, menos amortizações) e os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos; e

- c) a metodologia deve explicitar, tanto para o fluxo das aplicações, quanto para os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, a composição de:
- Recursos Próprios;
 - Recursos do Tesouro; e
 - Recursos de Outras Fontes.

§ 5º Os Entes de fomento e desenvolvimento referidos neste artigo deverão manter atualizados na internet relatórios de suas operações de crédito consoante as determinações constantes do § 2o.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 45. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2006, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

CAPÍTULO XI

DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 46. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no Art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará, bimestralmente, até 30 (trinta) dias após, à Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa do Paraná, relatório de execução das emendas de que trata o caput deste artigo, na forma e teor dispostos nos respectivos anexos destacando o período de sua realização e a posição acumulada.

Art. 47. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no Art. 7º desta Lei.

Art. 48. Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no Art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 49. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 50. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 51. ...Vetado...

Art. 52. O Tribunal de Contas do Estado encaminhará à Assembléia Legislativa do Paraná, informações e cópias dos respectivos processos de atos ou fatos impugnados no âmbito da Administração Pública Estadual, até 30 (trinta) dias após apreciação plenária da matéria, independentemente, da deliberação exarada.

Art. 53. O Poder Executivo deverá elaborar, ao final do exercício, um relatório contendo os estornos de empenhos realizados no período discriminando: data do estorno; número do empenho, número da liquidação; valor estornado; nome do credor; histórico do empenho e as justificativas/motivo do estorno.

Parágrafo Único – O demonstrativo que trata o caput deste artigo acompanhará a prestação de contas anual do Governo do Estado, e deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas até 15 de abril do exercício subsequente ao período a que se referem os empenhos estornados.

Art. 54. O Poder Executivo, por intermédio do seu órgão central do Sistema de Planejamento, deverá atender, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento, às solicitações encaminhadas pelo Presidente da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa, quanto as informações pertinentes aos Planos e Orçamentos Públicos relativas a aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluindo eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificados posteriormente ao encaminhamento do projeto de lei orçamentária.

Art. 55. Em cumprimento ao disposto no art. 5o, inciso I, da Lei no 10.028, de 19 de outubro de 2000, os titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 54 da Lei Complementar no 101, de 2000, encaminharão ao Tribunal de Contas os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias após o final do quadrimestre.

Art. 56. Na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, bem como na Execução Orçamentária, deverá ser evidenciada a despesa com cargos em comissão em subelemento específico.

Art. 57. Integrará a Lei Orçamentária Anual, para efeito de normatização, fixação e aferição de resultados, o Anexo de Vinculações relativo aos limites determinados por lei específica e por esta lei.

Art. 58. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 14 de julho de 2005.

Roberto Requião
Governador do Estado

Aldo José Parzianello
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

Heron Arzua
Secretário de Estado da Fazenda

Renato Guimarães Adur
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

Maria Marta Renner Weber Lunardon
Secretária de Estado da Administração
e da Previdência

Vera Maria Haj Mussi Augusto
Secretária de Estado da Cultura

Airton Carlos Pisseti
Secretário de Estado da Comunicação Social

Aldair Tarcisio Rizzi
Secretário de Estado da Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior

Roque Zimmermann
Secretário de Estado do Trabalho,
Emprego e Promoção Social

Luiz Eduardo Cheida
Secretário de Estado do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

Orlando Pessuti
Secretário de Estado da Agricultura
e do Abastecimento

Claudio Murilo Xavier
Secretário de Estado da Saúde

Mauricio Requião de Mello e Silva
Secretário de Estado da Educação

Waldyr Pugliesi
Secretário de Estado dos Transportes

Luiz Fernando Ferreira Delazari
Secretário de Estado da Segurança Pública

Reinhold Stephanes
Secretário de Estado do Planejamento
e Coordenação Geral

Luiz Dernizo Caron
Secretário de Estado de Obras Públicas

Virgílio Moreira Filho
Secretário de Estado da Indústria, do Comércio
e Assuntos do Mercosul

Celso de Souza Caron
Secretário de Estado do Turismo

Caíto Quintana
Chefe da Casa Civil

Edson Luiz Strapasson
Secretário Especial para Assuntos da
Região Metropolitana de Curitiba

Luiz Carlos Delazari

Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral

Milton Buabssi

Secretário Especial de Relações com a Comunidade

Nizan Pereira Almeida

Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

Vanderlei Falavinha Iensen

Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador

Sergio Botto de Lacerda

Procurador-Geral do Estado

Milton Riquelme de Macedo

Procurador-Geral de Justiça

ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária e financeira de 2004 foi marcada pela continuidade do processo de equilíbrio das contas públicas estaduais.

Para a execução orçamentária do exercício, o Poder Executivo, por meio do Decreto nº 2.518, de 22 de janeiro de 2004, estabeleceu os critérios para a liberação trimestral dos recursos orçamentários, observando as estimativas de ingresso de receita.

No exercício de 2004 as despesas não financeiras, ou seja, as despesas totais deduzidas as referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 8,94% com relação aos valores previstos na LDO.

No que se refere às receitas não financeiras, houve um acréscimo de 7,82% com relação aos valores previstos na LDO. Isso ocorreu basicamente devido a excesso de arrecadação nas receitas tributárias, nas receitas de transferências, nas receitas patrimoniais, bem como nas demais receitas correntes. Por sua vez, as receitas de contribuições sofreram uma redução de 8,06%, com relação aos valores previstos na LDO, tendo em vista o não recolhimento da contribuição do servidor inativo, que estava na estimativa da LDO.

Por conta dos impactos apresentados, a meta do resultado primário realizado no exercício, ficou semelhante ao resultado primário previsto na LDO 2004, ou seja, com uma redução de 4,45% (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Metas Fiscais Relativas a 2004

Discriminação	Previsto (em R\$ mil)	Realizado (em R\$ mil)
Receita Não Financeira	10.726.153	11.565.301
Despesa Não Financeira	9.834.636	10.713.424
Resultado Primário	891.517	851.877

Apesar do bom desempenho das contas públicas estaduais, o perfil do endividamento público do Estado, indica um grande comprometimento do orçamento estadual para o pagamento do serviço da dívida.

As Tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2003 e 2004 e reprogramadas para 2005.

Tabela 2 – Metas Fiscais 2003-05 - Preços Correntes - em R\$ 1000

Discriminação	2003	2004	2005 Reprogramado
I. Resultado Primário Indicado na LDO	223.325	891.517	897.003
II. Resultado Primário Obtido	733.618	851.877	323.420
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	510.293	-39.640	-573.583
IV. Resultado Nominal Obtido	-211.806	610.158	-820

Fonte: SEFA/SEPL

Tabela 3 – Metas Fiscais 2003-05 - Preços Constantes de 2005 - em R\$ 1000

Discriminação	2003	2004	2005 Reprogramado
I. Resultado Primário Indicado na LDO	346.154	1.129.258	897.003
II. Resultado Primário Obtido	1.137.108	1.079.047	323.420
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	790.954	-50.211	-573.583
IV. Resultado Nominal Obtido	-328.299	772.868	-820

Fonte: SEFA/SEPL

Como desdobramento do Contrato de Refinanciamento de Dívidas nº 11/98 – STN/COAFI/MF firmado com a União em 31 de março de 1998, o Estado aderiu ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal em outubro do referido ano.

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal compõe-se de seis principais metas fiscais que se referem tanto ao desempenho das contas públicas, quanto a aspectos de modernização administrativa e reforma do Estado. No período de 1998 a 2004, o Estado passou a acumular superávits primários com vistas à sustentação do pagamento dos encargos decorrentes do Contrato de Refinanciamento, considerando-se a execução do Tesouro Estadual na metodologia e sistemática específicas do Programa.

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A continuidade da política fiscal para os próximos anos tem por objetivo o resgate da capacidade de investimento do Estado para apoiar a estratégia de desenvolvimento delineada no Plano de Governo e no Plano Plurianual.

A garantia de investimentos só será possível com a manutenção de superávits primários.

Tabela 4 – Indicadores econômicos para o período 2004-08

Indicador	2004	2005	2006	2007	2008
PIB do Brasil (variação %)	5,20	3,70	3,80	3,70	3,60
PIB do Paraná (variação %)	2,40	3,00	4,30	4,20	4,10
Inflação, IPCA (variação %)	7,60	6,00	5,00	4,50	4,50
Taxa de Câmbio, final do ano (R\$/US\$)	2,65	2,80	2,95	3,11	3,20

Fonte: IPARDES/SEPL

A existência de superávit primários no período de 2006 a 2008, na média de 0,6% do PIB do Paraná, supõe:

1. a retomada do crescimento sustentável da economia paranaense;
2. o incremento das receitas não financeiras;
3. a continuidade do controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual;
4. o cumprimento do programa de ajuste fiscal firmado com o Governo Federal.

A continuidade dessas condições permitirão um gradual incremento dos recursos disponíveis para a realização de investimentos e para a execução de programas finalísticos.

As Tabelas 5 e 6, apresentadas a seguir resumem as metas fiscais para o período de 2006 a 2008, a preços correntes e constantes de 2005, de acordo com as ações mencionadas anteriormente.

Tabela 5 – Metas Fiscais para o Período 2006-08, Preços Correntes

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007		2008	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	14.382.650	13,57	15.440.431	13,98	16.614.300	14,45
II. Despesas Não Financeiras	13.795.269	13,01	14.754.579	13,35	15.911.273	13,83
III. Resultado Primário	587.381	0,55	685.852	0,62	703.027	0,61
IV. Saldo Devedor da Dívida	12.768.243	12,04	12.873.317	11,65	12.935.232	11,25
V. Resultado Nominal	362.388	0,34	105.074	0,10	61.915	0,05

Fonte: SEPL/SEFA

Nota: O Resultado Nominal corresponde à variação no estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

Tabela 6 – Metas Fiscais para o Período 2006-08, Preços Constantes de 2005

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007		2008	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	11.985.494	13,57	11.580.323	13,98	12.460.725	14,45
II. Despesas Não Financeiras	11.496.012	13,01	11.065.934	13,35	11.933.455	13,83
III. Resultado Primário	489.482	0,55	514.389	0,62	527.270	0,61
IV. Saldo Devedor da Dívida	10.640.160	12,04	9.654.988	11,65	9.701.424	11,25
V. Resultado Nominal	301.989	0,34	78.806	0,10	46.436	0,05

Fonte: SEPL/SEFA

Nota: O Resultado Nominal corresponde à variação no estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2002 a 2004. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real

Tabela 7 – Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2004 (R\$ 1.000)	2003 (R\$ 1.000)	2002(R\$1.000)
ATIVO FINANCEIRO	1.594.429	1.261.043	756.611
ATIVO PERMANENTE	18.721.198	15.831.900	13.038.006
SOMA DO ATIVO REAL	20.315.627	17.092.943	13.794.617
PASSIVO FINANCEIRO	4.087.386	4.248.363	3.771.588
PASSIVO PERMANENTE	14.073.289	12.484.539	12.415.759
SOMA DO PASSIVO REAL	18.160.675	16.732.902	16.187.347
SALDO PATRIMONIAL	2.154.952	360.041	-2.392.730

O Balanço Patrimonial do exercício de 2002 apresentou um Déficit Patrimonial no valor de R\$ 2.392,7 milhões, resultante da diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real. Esse Déficit representou um acréscimo de 881,8 milhões sobre o Déficit Patrimonial de 2001.

Para os exercícios de 2003 e 2004 o Balanço Patrimonial do Estado apresentou Superávits Patrimoniais nos valores de R\$ 360,0 milhões e R\$ 2.154,9 milhões, respectivamente.

4. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial

O Ativo Total da PARANAPREVIDENCIA em dezembro de 2.003 atingiu o montante de R\$ 3,383 bilhões, e em dezembro de 2.004 registrou o valor de R\$ 3,693 bilhões.

O Programa de Investimentos do Fundo Previdenciário que correspondia a R\$ 2,818 bilhões em dezembro de 2.003 registrou o valor de R\$ 3,024 bilhões em dezembro de 2.004.

O ano de 2.004 foi marcado pela valorização cambial de 8,13% do real em relação ao dólar, com reflexo negativo direto na rentabilidade dos investimentos, os quais têm 60% da carteira representados por títulos inegociáveis, indexados à variação do dólar.

Desta forma, no ano, a rentabilidade da Carteira Total de Títulos do Programa de Previdência, foi de 6,13%, equivalente a 37,9% do CDI e correspondendo ao IGP-M menos 5,48% ao ano.

Considerando-se somente a Carteira de Mercado (excluídos os Certificados Financeiros do Tesouro), a rentabilidade no ano foi de 17,48%, equivalente a 108,1% do CDI, o que corresponde ao IGP-M mais 4,63% ao ano. Portanto, acima dos juros de mercado.

Além dos recursos investidos em mercado financeiro, o Fundo de Previdência possui uma Carteira Imobiliária, oriunda do antigo Instituto de Previdência do Estado, que corresponde a R\$ 25,3 milhões, com base nos valores de dezembro de 2.004, composta por vários imóveis, sendo prédios, casas, áreas, terrenos, etc, alguns com contrato de locação vigentes e outros com providências tomadas, visando a sua locação para tornar rentável o Fundo de Previdência.

Nas demonstrações contábeis da PARANAPREVIDENCIA relativas ao exercício de 2.004 consta o Parecer Atuarial onde se verifica no Laudo Atuarial que a situação Fundo de Previdência da PARANAPREVIDENCIA em 31/12/2.004 apresentou-se equilibrada, com a existência de um superávit técnico de R\$ 65.016.427,60, observadas as colocações técnicas contidas na presente avaliação atuarial.

Esse superávit foi apurado, tendo em vista que o valor do ativo líquido do Fundo de Previdência, que nos foi informado pela PARANAPREVIDENCIA, apresentou o valor de R\$ 2.340.802.542,60.

O quadro a seguir demonstra os números apresentados no parágrafo anterior.

Reservas Matemáticas	Avaliação Atuarial	
	AT-49	GAM-83
(1) Benefícios Concedidos	1.031.845.697,00	1.059.047.778,00
(2) Benefícios a Conceder	2.799.803.105,00	3.001.032.985,00
(3)=(1)+(2) Benefícios Concedidos e a Conceder	3.831.648.802,00	4.060.080.763,00
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(1.784.294.648,00)	(1.784.294.648,00)
(5)=(3)+(4) Reservas Matemáticas	2.047.354.154,00	2.275.786.115,00
(6)=(7)-(5) Resultado Técnico	293.448.388,60	65.016.427,60
(7) Ativo Líquido do Fundo de Previdência	2.340.802.542,60	2.340.802.542,60

Considerando a necessidade de se ajustar, de forma oportuna, as hipóteses atuariais às expectativas crescentes de sobrevida futura da população de segurados da PARANAPREVIDENCIA, foi recomendada a adoção da Tábua Geral de Mortalidade em substituição à AT-49 para projetar a mortalidade dos segurados não inválidos.

A adoção da Tábua de Mortalidade Geral GAM-83 representa um acréscimo de R\$ 228.431.961,00 nas reservas matemáticas, o que ocasionou uma redução no superávit técnico de 31/12/2.004, de igual valor, uma vez que não houve aumento das contribuições estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

São consideradas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente público a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (art. 17 da LC 101/2000).

Essas despesas por apresentarem caráter de acréscimo permanente somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes nas arrecadações. Considera-se aumento permanente de receita o proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2006.

Tabela 8 – Saldo da Margem de Expansão em 2006		Em R\$ 1000
Discriminação		2006
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições		981.047
2. Transferências Constitucionais e Legais		245.059
3. Saldo (1-2)		735.988
4. Saldo já utilizado		671.574
Pessoal (Concursos, Reestruturações, Promoções, Passivos e etc.)		587.983
Manutenção de Novas Penitenciárias e Educandários em Implantação		54.000
Precatórios		6.180
PASEP		23.411
5. Margem de Expansão		64.414

ANEXO II – RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2006 conta com riscos fiscais decorrentes da não definição da Reforma Tributária.

Todo o valor referente a Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir também se enquadra na situação de risco fiscal tendo em vista a não regulamentação até o momento do Art.91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003).

Os temas expostos nos parágrafos anteriores não foram regulamentados até a data do encaminhamento deste projeto de lei.

O ICMS é um tributo de competência estadual, que possui legislação própria em cada estado da Federação. Apesar dos avanços, muitas questões são objeto de discussão, especialmente aquela que diz respeito sobre a cobrança do tributo na origem ou no destino da mercadoria, o que pode causar impacto financeiro para os Estados, com redução ou crescimento na sua arrecadação, em decorrência das alternativas possíveis em sua aplicação.

Há que se ressaltar como ponto a ser avaliado a possível necessidade de redefinição dos critérios originalmente estabelecidos para o financiamento do Fundo de Previdência em face da não realização das contribuições dos inativos e pensionistas previstas no Plano de Custeio Original da PARANAPREVIDENCIA.